

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
JUNDIAÍ - SP



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em vinte e oito de novembro de dois mil e quatorze, às 08h15, em segunda chamada, na sala nº 01 do CIESP, Avenida Navarro de Andrade, s/nº, Vila Hortolândia - Jundiaí/S.P, com a participação de conselheiros e ouvintes que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às folhas 48 frente e verso. Justificaram ausência os conselheiros: Raquel Semíramis Cezar (titular) e sua suplente Claudinéia de Lima Abe, Monica Waage Palma (titular), Paulo de Tarso H. Meira (titular), Selma Regina Oliveira. A presidente Claudia Tofoli Honório, declarou aberta a plenária, cumprimentando a todos seguindo com a leitura da pauta **1. Leitura da Pauta; 2. Aprovação da ata do dia 14/11/2014; 3. Apresentação do Calendário de Reuniões Ordinárias de 2015; 4. Agenda das ações para 2015; 5. Devolutiva de visita ao Lar Helena Galimbert; 6. Inscrição para Informes Gerais (Texto Planejamento; Lançamento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA; Audiência Pública para discussão da Lei do Conselho Tutelar, dia 03/12/2014, às 19h, na Câmara Municipal de Jundiaí).** A senhora presidente deu início a reunião com item **3. Apresentação do Calendário de Reuniões Ordinárias de 2015 (ANEXO):** Com a proposta do calendário exposta, a plenária discute se as reuniões do próximo ano, continuarão sendo realizadas no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP de Jundiaí, surgindo a idéia que se realize a próxima e última do ano, no Espaço dos Conselhos, localizado na Rua Princesa Isabel, nº 257, Vila Arens, após discussão a plenária delibera pela realização no endereço citado, de forma experimental, seguindo **5. Devolutiva de visita ao Lar Helena Galimbert:** A senhora presidente informa que foi procurada pelo Vereador Paulo Malerba, o qual vem recebendo reclamações da vizinhança ao redor do Lar Helena Galimbert. Em 26 de dezembro de 2014 (quarta-feira), esteve no local a conselheira e coordenadora da Comissão de Registro, Patrícia Ribeiro Pierassi, aproveitando que a comissão já precisava fazer visita como realiza em todas as entidades. Ao chegar disse que foi atendida por uma funcionária que há pouco tempo estava na entidade, a qual não sabia dizer ao certo o número de crianças/adolescentes acolhidos, a senhora presidente aproveita expondo que saiu um pouco decepcionada do local, pois constatou a inexperiência da equipe. Neste momento, a conselheira Izabelle de Oliveira informa que o Lar Helena Galimbert, antigamente foi um braço da Casa Transitória Nossa Senhora Aparecida, que a pedido do presidente desta, hoje ela faz parte do quadro de técnicos do Lar Helena Galimbert, que a equipe que assumiu realmente não tinha muita experiência, tiveram dificuldades, houve um distanciamento, mas que agora estão reabraçando, a conselheira considera duas situações que levaram o Lar a essa situação: A) Inexperiência da equipe que assumiu do Lar; B) O Abrigo Nossa Casa, antes gestão de responsabilidade do município, já vinha passando por uma situação difícil. A ouvinte Ellen Tavares de Sá reflete o que dificulta o bom funcionamento do Lar Helena Galimbert é que os

casos encaminhados pra lá são de diversas origens (Drogadição, problemas psicológicos, psiquiátricos, egresso da Fundação Casa etc) por ser a instituição de acolhimento que sempre há vagas. A conselheira Rosana Maria Merighi comenta que há anos a prefeitura queria terceirizar o abrigo do município, e a única instituição que quis assumir a gestão foi o Lar Helena Galimbert, que lidar com crianças/adolescentes de abrigo não é fácil, lidar com sentimentos de saudade, angústia e revolta dos acolhidos é muito complicado, juntando a falta de experiência da equipe do Lar Helena Galimbert, estão com dificuldades de gestão. A conselheira Creusa Aparecida Claudino comenta que há aproximadamente 20 anos atrás, fez parte do antigo Projeto Criança, muitos desses adolescentes que hoje estão acolhidos, um dia já fizeram parte desse projeto, a conselheira lamenta por essa situação trazida, pois era uma equipe técnica ótima, diz ficar se questionando como a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS deixou que essa transição não acontecesse como deveria, ela deve acompanhar toda essa transição, hoje dá a impressão que o problema é só instituição Lar Helena Galimbert, e não do município. A conselheira reflete: Cadê os responsáveis? Cadê os técnicos da SEMADS? A secretaria é a responsável pela política pública e o CMDCA é o órgão que deve fiscalizar e cobrar com está o trabalho da citada instituição. A conselheira Claudia Regina de Oliveira argumentando que a pauta foi encaminhada em cima da hora, ninguém do conselho fez uma prévia comunicação à secretaria. A conselheira Simone de Andrade Plicher expõe ser um assunto complexo, lembra que em Março de 2013, aconteceu uma reunião sobre reordenamento do abrigo, esse reordenamento aconteceu, se o CMDCA tiver cobrar alguma coisa, isso precisa ser feito em cima da tipificação, das normas técnicas, assim teremos um parâmetro do que estaremos solicitando. A ouvinte Lucinda Cantoni Lopes defende a idéia que o conselho precisa discutir melhor esse assunto surgido através da manifestação do vereador, que a exemplo da transição que houve da Fundação Casa, levou-se um certo tempo para as adequações, entendendo que o Lar Helena Galimbert esteja passando pela mesma situação. A conselheira Rose Meire Mendes de Almeida considera que vereador trouxe uma denuncia ao CMDCA, e realmente o conselho não vem acompanhando as terceirizações que vêm acontecendo no município, as condições de trabalho dos funcionários, equipe mínima, etc. A conselheira tutelar Silene Aparecida de S. Bernardes coloca que logo que a equipe assumiu do Lar Helena Galimbert, o conselho tutelar logo já percebeu a inexperiência dos profissionais, que foi pensado até em oficializar essa questão ao juiz, já chegou até o conselho tutelar, casos de crianças fora da escola. Infelizmente, hoje, só há vagas lá. O conselho Tutelar já fez a comunicação à Diretoria de Proteção Especial, mas ainda não tivemos nenhuma resposta. A conselheira Izabelle de Oliveira levanta ser uma questão que neste momento está mesclada, é um problema de todos. A conselheira Maria Aparecida da Silva acredita que a equipe do Lar Helena Galimbert esteja trabalhando sem experiência, que na época que foi realizado o reordenamento, a instituição Associação Casa de Nazaré se negou atender, um maior número de acolhidos, pois para atender com boa qualidade, há um custo. Neste época, o conselho não ouviu as entidades envolvidas, sugere então as três instituições de acolhimento (Associação Casa de Nazaré, Casa Transitória Nossa Senhora Aparecida e Lar Helena Galimbert) do município se reúnam, montem uma pauta e futuramente levem para discussão à Diretoria de Proteção Especial da SEMADS, finalizando o assunto a plenária delibera para que seja agendada essa reunião entre as três instituições, seguindo item **2. Aprovação da ata do dia**

14/11/2014: A ata do dia 14/11/2014 foi aprovada unanimemente pelos 11 (onze) conselheiros aptos a voto, passando **6. Inscrição para Informes Gerais (Texto Planejamento; Lançamento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA; Audiência Pública para discussão da Lei do Conselho Tutelar, dia 03/12/2014, às 19h, na Câmara Municipal de Jundiaí):** A senhora presidente informa que o texto final referente ao planejamento feito nas plenárias do conselho, será encaminhado por email aos conselheiros por email, mas algumas ações, como agenda das próximas ações. Após discussão da plenária, fica deliberado que a conferencia ocorrerá em 05 e 06 de março, sendo dia 05 apenas abertura no período da tarde e dia 06 o dia inteiro. As sugestões do local assim como dos palestrantes serão trazidas na próxima ordinária. A plenária também delibera pela realização de uma capacitação aos novos conselheiros do CMDCA, gestão 2015-2017, logo após a posse dos mesmos, aproximadamente na terceira semana de abril/2015. O ouvinte Rodrigo Pierobon informa que a Cáritas Diocesana de Jundiaí dará início ao “Projeto Enredando”, o qual será financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Jundiaí, convidando todos para construção da metodologia do projeto, a ser realizada em 04 de dezembro, na UBS Novo Horizonte. A senhora presidente informa que dias 25 e 26 de novembro, os conselheiros tutelares do município estiveram numa capacitação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA. A Secretaria de Direitos Humanos – SDH notou que os Conselhos Tutelares de Jundiaí não estão usando totalmente o sistema, por isso houve a necessidade da realização de mais uma capacitação. A senhora presidente também expõe a necessidade de publicizar no município inteiro, o sistema, muitas pessoas não sabem que o sistema possui o serviço de denúncia on-line. A senhora presidente também informa que em 03 de dezembro, às 19 horas, ocorrerá Audiência Pública discussão do Projeto de Lei do Conselho Tutelar. A seguir a senhora presidente declara encerrada a reunião, convidando a todos para a próxima reunião, que será realizada no dia doze de dezembro de 2014, na rua Princesa Isabel, nº 257, Vila Arens – Escola de Governo (Espaço dos conselhos). Eu, Nínive de Paula Bueno, secretária “ad hoc” _____ lavrei a presente ata, que, depois de aprovada pela Assembléia, segue para assinatura da presidente.

Claudia Tofoli Honório
Presidente CMDCA – Jundiaí/SP

FUNDO MUNICIPAL

PMJ - FMDCA
CNPJ: 17.498.120/0001-63
BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
AGÊNCIA: 0316
CONTA CORRENTE: 52-0



SECRETARIA EXECUTIVA

Rua Rangel Pestana, 766 - Centro - Jundiaí/SP
[11] 4586.0698 / 4522.7595 ramal 31
www.cmdca.jundiai.sp.gov.br
cmdca@jundiai.sp.gov.br